



Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Institui Mutirão de Julgamento dos Crimes no Campo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ e O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - TJPA, no uso de suas competências,

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar a plena eficácia do disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, no tocante aos conflitos fundiários no Estado do Pará;

CONSIDERANDO o levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça, conjuntamente com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, das ações penais decorrentes de conflitos no campo;

CONSIDERANDO a Recomendação CNJ nº 22, de 04 de março de 2009, que orienta aos tribunais a priorização e o monitoramento permanentemente das demandas jurídicas envolvendo conflitos fundiários;

CONSIDERANDO a Recomendação CNJ nº 24, de 4 de agosto de 2009, que recomenda aos juízes e tribunais a realização de mutirão para instrução e julgamento de processos criminais e sessões de julgamento do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO as conclusões do I Encontro do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos do Conselho Nacional de Justiça, resolvem:

Art. 1º. Instituir "Mutirão de Julgamento dos Crimes no Campo", com o objetivo de promover medidas concretas para a agilização do processamento e do julgamento das ações penais decorrentes de conflito fundiário em tramitação no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Art. 2º. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA designará magistrados e servidores para auxiliarem as varas criminais onde o mutirão será realizado, sob o auxílio técnico do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo Único. Cronograma das atividades do mutirão será elaborado em conjunto e entregue, no prazo de 15 dias, aos Presidentes do CNJ e do TJPA, como também divulgado nos respectivos portais da rede mundial de computadores (Internet).

Art. 3º. No mesmo prazo do parágrafo único do art. 2º, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará promoverá o levantamento das ações penais decorrentes de conflitos no campo em tramitação no Estado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro GILMAR MENDES
Presidente do CNJ

Des. Rômulo José Ferreira Nunes
Presidente do TJPA

DETERMINA, em 16/12/2009, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 132/2009, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro de Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

VANESSA PATRIOTA DA FONSECA

PORTARIA Nº 730, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que ISRAEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA está sendo objeto de investigação: a) falta de pagamento de verbas rescisórias; b) falta de pagamento de 13º salário; c) falta de concessão de férias e d) falta de pagamento de salários.

DETERMINA, em 15/12/2009, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 147/2009, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro de Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 10855/2009, resolve:

Art. 1º Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2009, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. ARNALDO VERSIANI
Em exercício

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		R\$ Milhares
	(Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.520	1.937	
Pessoal Ativo	119.834	1.937	
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.686	-	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	41.472	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	3.932	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.914	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.625	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.048	1.937	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)			115.985
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		437.199.421	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,026529	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>		0,043969	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>		0,041770	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ Valor referente à Portaria STN nº 34, de 19 de janeiro de 2010.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

				R\$ Milhares
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.030.391	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		572.896
Caixa	-	Depósitos		282
Bancos	-	Restos a Pagar Processados		6.408
Conta Movimento	-	Do Exercício		4.429
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores		1.979
Aplicações Financeiras	-	RP Não-processados de Exercícios Anteriores		4.583
Outras Disponibilidades Financeiras	1.030.391	Outras Obrigações Financeiras		561.622
Limite de Saque com Vinculação de Pagto.	691.780	Valores em trânsito Exigíveis		-
Recursos a Rec. Para Pagto. RP	338.527	Outras Obrigações a Pagar		-
Créditos a Receber	-	Recursos a Lib. P/Pagto RP		482.464
Valores em Trânsito Realizáveis	-	Valores Diferidos		79.158
Valores Diferidos	83	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo		-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (II)		457.495
TOTAL	1.030.391	TOTAL		1.030.391
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (III)				336.211
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (IV) = (II - III)				121.284

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: Estão incluídos os valores da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, em atendimento ao item nº 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006, conforme abaixo:

				R\$ Milhares
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR	
Limite de Saque com Vinculação de Pagto.	680.898	Recursos a Liberar para Pagamento de RP		482.464
Recursos a Receber para Pagamento de RP	143	Valores Diferidos		79.158
Valores Diferidos	83			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (II)		119.502
TOTAL	681.124	TOTAL		681.124

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1.979	4.429	4.583	336.211	-
TOTAL	1.979	4.429	4.583	336.211	-

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
0100 - Recursos Ordinários	1.846	3.776	1.225	101.463	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	133	653	3.358	23.627	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-
0151 - Contribuição Social s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	1.263	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	209.858	-
0350 - Recursos Não Fin. Diret. Arrec. - Exer. Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL	1.979	4.429	4.583	336.211	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: No campo "Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados" está incluído o valor de R\$ 119.502 mil, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade/TSE, setorial financeira da Justiça Eleitoral, em atendimento ao item nº 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	R\$ Milhares
Despesa Total com Pessoal - DTP		115.985	0,026529
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		192.232	0,043969
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		182.618	0,041770



RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respeitados	336.211	457.495
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE		

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA
Secretário de Administração

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

VANIA AMARAL CHAVES
Secretária de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 14, DE 27 DE JANEIRO DE 2010

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2009, constante dos anexos a esta portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			R\$ Milhares
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	707.325	8.554	715.879	
Pessoal Ativo	509.937	4.080	514.017	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	146		146	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	14.593	884	15.477	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	495.198	3.196	498.394	
Pessoal Inativo e Pensionistas	197.388	4.474	201.862	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			0	
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	211.421	8.463	219.884	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0	
Decorrentes de Decisão Judicial	33.881	1.013	34.894	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.599	7.450	12.049	
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	172.941	0	172.941	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	495.904	91	495.995	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			437.199.421	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,113427%	0,000021%	0,113448%	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,224226%			980.315	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,213015%			931.299	

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

LRf, art.55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V	VALOR		PASSIVO	R\$ Milhares
ATIVO			VALOR	
ATIVO DISPONÍVEL	175.283		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	28.079
Disponibilidade Financeira	175.283		Depósitos	167
Caixa			Restos a Pagar Processados	234
Bancos	167		Do Exercício	177
Conta Movimento	167		De Exercícios Anteriores	57
Contas Vinculadas			Outras Obrigações Financeiras	27.678
Aplicações Financeiras			Restos a Pagar Não Processados - Exerc. Anterior	27.678